

Necessidade de uma Estratégia de Marketing para Produtos Originados em Projetos de Assentamentos no Sudeste Paraense¹

Luiz Guilherme Teixeira Silva²

Célio Armando Palheta Ferreira³

RESUMO:

Este trabalho tem como fito trazer à discussão um tema da maior importância para a Agricultura Familiar, tanto no cenário nacional quanto internacional, que é a valorização e agregação de valor para produtos originados desse segmento da produção agrícola, particularmente em países em desenvolvimento e periféricos, com o foco em experiências e nas situações observadas em Projetos de Assentamento Rural do sudeste paraense. A possibilidade de criação de mecanismos e estratégias de marketing e comercialização para alguns produtos já existentes e de outros com potencial pode representar um salto qualitativo para os sistemas de produção utilizados, bem como a possibilidade de aumentar a renda das famílias, permitindo a sua fixação nos lotes, o que, em última análise, contribuirá para redução do desmatamento e a manutenção da biodiversidade de importantes ecossistemas amazônicos. O aumento da competitividade da agricultura familiar na Amazônia Oriental e a sua participação no agronegócio podem ser alcançados, em primeiro lugar, com organização da produção, via associações e cooperativas de produtores, e também com a padronização e certificação de alguns de seus produtos, como Orgânicos, o que poderá vir a garantir nichos de mercado, inclusive o acesso ao mercado de “commodities ambientais”.

Palavras chave: Estratégias de marketing, agronegócio, agricultura familiar

¹ Pesquisa financiada pelo Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (PRODETAB).

² **Trabalho submetido e aprovado para apresentação oral no V IESA/SBSP, na sessão 3.**

² Eng. Agrôn., M.Sc., Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66095-100 Belém, Pará E-mail: lugui@cpatu.embrapa.br

³ Economista, Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66095-100 Belém, Pará E-mail: celio@cpatu.embrapa.br.

ABSTRACT

The need of using a marketing strategy for organic products from settlement projects in Southeast Para state.

This paper aims to discuss a very important issue for family agriculture in both national and international scenario that is the valuation and aggregation of economic value of products from family agriculture, mainly in developing and peripheral countries focusing in experiences and observations of rural settlements in Southeast Para state. The possibility of creation of mechanism and strategies of marketing for some products already existent and other with future potential can represent a qualitative increase to the present production systems and a possibility to increase the family income, affording its fixation on the land, what, in long run, will contribute to decrease deforestation and biodiversity erosion for the important Amazon ecosystem. The competitive increase of family agriculture in the Amazon Region and its insertion in agribusiness can be reached in the first place with the organization of the production by farmer association and cooperative with a standardization and certification of some products, as organic product. What can guarantee segments of market and the access to the market of environmental commodities.

Key Word: strategies of marketing, agribusiness, family agriculture.

INTRODUÇÃO

O interesse internacional por produtos certificados e orgânicos pode se constituir em uma oportunidade para a agregação de valores de algumas cadeias produtivas, antes sem competitividade no mercado. Na Amazônia Oriental, mais precisamente no sudeste paraense, a existência de alguns produtos da pauta de exportação como castanha-do-brasil, cupuaçu e açaí, para diferentes mercados consumidores, se adequadamente trabalhados, quanto aos padrões de exigências de mercado, podem contribuir para o aumento da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares situados em Projetos de Assentamento (PAs) dessa região, em face da crescente demanda por estes produtos.

Paralelamente a implantação de inúmeros megaprojetos minero-metalúrgicos nacionais ou nacionalizados, incluídos no Programa Grande Carajás e no Avança Brasil, notabilizados pela criação de infra-estrutura em rodovia, ferrovia e hidrovias entre outras, a mesorregião do sudeste paraense convive também com a implantação de 292 projetos de assentamentos do Incra e um contingente de 45 mil famílias (março de 2001) em uma área de 3,5 milhões de hectares. Essa região, do ponto de vista da organização do espaço e da demografia, constitui-se no destino de migrantes, de outras regiões do País, na busca de demanda por bens sociais.

Segundo Teófilo (2000), a simples expansão do programa de reforma agrária foi suficiente para colocar em discussão sua eficácia e sustentabilidade e gerar novas políticas de reordenamento fundiário. A experiência recente no Brasil sobre a política fundiária conduziu a reflexões e debates acerca do seu significado, natureza e abrangência, em face das lutas sociais e a disposição do governo de enfrentar a questão. Embora seja necessária a participação dos atores a quem a reforma agrária pretende beneficiar, ao Estado cabe desempenhar um papel chave no processo, por meio de políticas públicas (Barracough, 1998).

Em recente depoimento, o Prêmio Nobel de Economia 2001, Joseph Stiglitz, sustenta que, teoricamente, não é admissível sustentar taxas elevadas de crescimento econômico sem, ao mesmo tempo, promover processos de redistribuição de ativos, destacando a terra como um dos principais ativos nos casos de economias em desenvolvimento. Embora Stiglitz sustente que, do ponto de vista teórico, formas de uso temporário da terra, como parceria e arrendamento,

não são superiores às aquelas em que os que as exploram são seus proprietários. São fortes os argumentos encontrados no mundo capitalista que fundamentam o desenvolvimento rural a uma agricultura de base familiar⁴.

O projeto de pesquisa "Alternativas Tecnológicas Sustentáveis para Assentamentos Rurais no Sudeste Paraense", financiado pelo Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab), com recursos do Banco Mundial, vem sendo executado desde 1999, e tem como um dos objetivos identificar demandas tecnológicas em áreas de PAs no sudeste paraense, com vistas a encontrar alternativas econômicas e subsídios às políticas públicas que propiciem a redução no rodízio nos lotes de assentamentos oficiais, garantindo a fixação dos colonos e evitando, assim, a contínua incorporação de novas áreas e mudança para novas ocupações, às custas de novos desmatamentos e com redução da biodiversidade.

Dentre outros problemas identificados, a falta de visão empresarial por parte de algumas lideranças de organizações sociais, principais responsáveis pelos avanços até aqui obtidos nessa região, tem, entretanto, dificultado o encaminhamento de alguns dos problemas presentes, como a dificuldade de acesso aos mercados e de comercialização dos produtos agrícolas nos PAs.

Embora se tenha conhecimento de fracassos em tentativas de reunir a produção de vários Pas, no sentido de garantir produções em grande escala, comuns em mercados globalizados, há que se buscar os mecanismos de negociação entre associações, cooperativas e outras organizações, para, em bases profissionais, superar os entraves na comercialização desses produtos.

A certificação de produtos, o acesso ao mercado de commodities ambientais centrado na matriz da biodiversidade e a criação de novas padronizações⁵ para os produtos atualmente processados e produtos da floresta, como óleos, resinas, cipós e tantos outros, podem representar algumas das alternativas a serem implementadas. A redução do desmatamento, via aproveitamento de áreas alteradas (capoeira), associadas ao uso de tecnologias apropriadas, de reduzida dependência a insumos modernos, valorizando os produtos da agricultura familiar.

⁴ Stiglitz, Joseph, Distribution, Efficiency and Voice: Designing the Second Generation of Reforms, Seminário sobre Distribuição da Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico, Brasília, Jul/ de 1998.

⁵ Um documento sobre classificação e padronização de produtos, com ênfase na agropecuária é apresentado para discussão por Ivan Sergio Freire de Sousa (Souza, 2001).

Neste trabalho, são levantados para discussão alguns aspectos da comercialização de produtos agrícolas relacionados à agricultura familiar do sudeste paraense, e de como estes produtos podem ser potencializados à agregação de valor e à geração de renda, com base em estratégias de marketing que passam pela oferta e acesso de produtos a diferentes mercados para produtos de algumas cadeias produtivas originadas em áreas de assentamentos rurais dessa mesorregião.

Foram considerados os dados primários levantados nos diagnósticos realizados para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de 34 PAs (11,6%) do sudeste e sul do Pará, situados nos Municípios de Novo Repartimento (04), São Félix do Xingu (02), Rio Maria (01), Breu Branco (01), Marabá (05), Itupiranga (04), Nova Ipixuna (02), Novo Repartimento (04), Eldorado dos Carajás (03), Curionópolis (02), São Domingos do Araguaia (02), São João do Araguaia (02), Brejo Grande do Araguaia (01) e Palestina do Pará (01), além dos resultados obtidos em dois Diagnósticos Rápido Participativo- DRP, realizados nos PAs São Francisco e Praia Alta e Piranha, localizados, respectivamente, nos municípios de Eldorado dos Carajás e Nova Ipixuna..

Paralelamente, iniciou-se um processo de discussão com representantes de ONGs e OGs atuantes na região, sobre possíveis estratégias de marketing, inclusive as propostas aqui apresentadas à agregação de valor de cadeias produtivas, com foco na agricultura familiar e nos projetos de assentamento oficial.

A agricultura familiar e a pequena produção no contexto da região

Analisando o universo dos Projetos de Assentamento Rural oficial na região do Sudeste Paraense⁶, depara-se com uma situação muito típica, na qual as práticas de manejo e uso da terra, ao mesmo tempo em que contribuem para a redução das áreas de floresta e da biodiversidade dos ecossistemas naturais com o avanço do desmatamento, expõem um modelo que poderia ser oportuno para a distribuição de renda e terra no país, e que pode propiciar nova concentração de terra, mantendo-se a tendência atual de formar áreas de pastagem.

⁶ Os Projetos de Assentamento Rural- PAs, na maioria estão sob a jurisdição do SR-27, com sede em Marabá.

A colonização da Amazônia não se dá apenas com a intervenção oficial do Incra, encontram-se projetos de colonização privados⁷ e ocorrem migrações espontâneas. Nas migrações espontâneas, pequenos produtores atraídos pela perspectiva de conseguirem terras, invadem e desmatam áreas de florestas, para obterem o direito de posse pelo uso e intensificam-se o desmatamento⁸ com a implantação do sistema de agricultura itinerante (*shift cultivation*)⁹.

Os sistemas agrícolas com cultivos temporários, popularmente conhecidos na região como lavoura branca, incluem o arroz, o milho, o feijão e a mandioca, com destaque para o cultivo do arroz, que inicia o ciclo de cultivo, após as aberturas de áreas de mata. Iniciado os ciclos de cultivo, áreas de floresta tropical dão lugar a sistemas agrícolas de baixa sustentabilidade ecológica, mas que propiciam uma sustentabilidade socioeconômica nos primeiros anos. Embora a maioria dos produtores tenham a consciência dessa situação, a falta de alternativas tecnológicas a serem viabilizadas faz com que permaneçam a utilizar esse sistema ainda que em outras áreas que não o seu lote inicial¹⁰.

A relação de vizinhança com grandes fazendas também pode representar outro fator concentrador de terras. Com a conversão da cobertura vegetal original de seus lotes em pastagem, torna-se difícil estabelecer novos ciclos de cultivo nas unidades de produção familiares que são dependentes da disponibilidade de áreas de mata, tornando iminente a venda do lote para incorporação a uma fazenda.

A dinâmica de uso do solo e a mudança da cobertura vegetal original no sudeste paraense tem, portanto, revelado um restrito leque de opções que se apresenta para o segmento da agricultura familiar. A mata passou a ser substituída pelas pastagens que, a partir de um determinado momento, pode vir a dificultar a reprodutividade local desta agricultura, na medida em que impede a realização de roças e reduz a diversidade das atividades de produção¹¹. Com uma média de aproximadamente 70 hectares de superfície total por estabelecimento, incluindo localidades com idades diferenciadas de ocupação, a superfície de mata representa, em média, 37% deste total (Reynal, 1999).

⁷ Para maiores detalhes, ver Ozório de Almeida e Santos (1990).

⁸ Que foi acompanhada também por uma intensificação dos conflitos de terra e violência, no Sudeste Paraense.

⁹ “*Shift cultivation*” é abrangente gama de definições, como de Watters (1977) em que inclui produtores fixos em determinada área, rotacionando um número fixo de lotes, como é o caso da agricultura familiar na Amazônia.

¹⁰ Podem estar associadas a necessidade de desmembramento da família com o casamento de filhos homens, que podem concorrer para as migrações internas que se sucedem na região Oliveira et. al. (2001)

Dificuldades para a inserção da Agricultura Familiar Amazônica no Mercado

Em se tratando de pequena produção agrícola, várias teorias econômicas tem tratado da questão, contudo, duas delas, são vistas como as mais importantes. Na primeira, derivada da teoria econômica neoclássica, analisa-se a pequena produção através da hipótese de uma economia aberta que funcione em mercados perfeitos, buscando a maximização da função de utilidade que reproduz as preferências de uma variedade de bens e serviços, em que a família é o agente econômico tomador da decisão. Nela, a partir de condição inicial de recursos, como terra, trabalho, capital e tecnologia, o agente econômico aloca seus fatores de produção de modo a maximizar produção e consumo, sem influenciar no preço de insumos e produtos. Considera os preços como exógenos e a existência de um mercado de trabalho perfeito, com ofertas de emprego a uma certa taxa de salário, com uma mobilidade atrelada conforme as leis da oferta e da demanda.

Uma fundamental crítica a esta teoria está centrada na inexistência de abordagem clara para o entendimento das mudanças demográficas, socioeconômicas e da dinâmica intertemporal da família (Caldas, 2001).

Sob a teoria neoclássica da produção, o pequeno produtor agrícola de países em desenvolvimento e periféricos não se encontra, na maioria das vezes, plenamente integrado ao sistema de mercado, ou seja, não atuam em competição perfeita, em que há livre acesso ao mercado de fatores, produtos e a redes de informações, pois parte do que é produzido pela família é usado para a subsistência e o restante vendido no mercado (Caldas, 2001).

O que se observa na prática é que a pequena produção defronta-se com mercados incompletos para determinados tipos de fatores, tais como trabalho, terra e crédito. Neste caso, os mercados têm uma atuação esporádica, como o trabalho sazonal em épocas de colheita ou são limitados, devido ao pobre sistema de transporte e comunicação, criando uma descontínua disponibilidade de insumos. A pequena produção agrícola, nos países em desenvolvimento, é fortemente dependente do trabalho familiar, em que o esforço empreendido se dá em um sistema ambiental caracterizado pela abundância de terra e escassez de trabalho e

¹¹ Maiores informações sobre diferentes condições de estabelecimentos e de atividades da agricultura familiar podem ser encontradas em Reynal (1999).

capital, apropriando-se de técnicas que valorizam esta condição com a utilização de sistemas extensivos de uso da terra, de reduzida mão-de-obra e capital.

No caso da segunda teoria que segue “o modelo de Chayanov”, o princípio fundamental é centrado nas decisões tomadas pela família na alocação do trabalho, de tal forma que satisfaça suas necessidades de consumo e traduza outra teoria econômica em oposição à teoria neoclássica de mercados perfeitos, melhor se aplicando a regiões de fronteira agrícola desses países (Hunt, 1979).

O distanciamento físico e cultural que separa os produtores rurais que compõem o segmento da agricultura familiar na Amazônia do mercado de produtos agrícolas pode ser apontado como um dos fatores que mais tem contribuído para manutenção do caráter de subsistência de suas atividades e, portanto, tem dificultado a geração de renda e poupança.

Não obstante, algumas ações terem sido desenvolvidas no sentido de verticalizar a produção de algumas cadeias produtivas, com a implantação de unidades de beneficiamento, como mini usinas e agroindústrias de processamento de polpas e óleos, via recursos a fundo perdido ou créditos subsidiados (Fundos Constitucionais como o FINAM e FNO), obtidos graças aos avanços de organização e mobilização social alcançados¹² em regiões como o sudeste paraense, ainda assim, persistem alguns gargalos na cadeia de comercialização dos produtos originados pela agricultura familiar, sobretudo na região Amazônica.

Outro aspecto que não pode ser esquecido diz respeito à falta de competitividade dos produtos e sistemas usados pela agricultura familiar dessa região, o que acaba contribuindo para os baixos valores pagos aos produtores. Nesse ponto, a classificação e padronização com controle de qualidade de produtos, principalmente os que sofrem processamentos diversos, mesmo em nível de propriedades rurais, devem ser perseguidos, até porque, o simples fato de classificar e atribuir padrões é instintivamente feito pela sociedade moderna. A organização social e a implementação de programas de capacitação parecem ser os caminhos a serem trilhados nesse sentido. Destaca-se neste ponto o papel das cooperativas e associações de produtores que devem ser criadas e ou fortalecidas.

Via de regra, os PAs que consolidaram ocupações de terra mais antigas, são os que apresentam as melhores condições, seja de infra-estrutura, seja de

organização social, ainda que apresentem maior variação no tamanho dos estabelecimentos, originada pela concentração interna de terras, com o aumento de alguns estabelecimentos obtidos com a compra dos lotes vizinhos.

O distanciamento físico de alguns PAs do eixo rodoviário principal e o difícil acesso fazem com que os produtos ali negociados sofram uma depreciação, devido ao custo mais elevado do frete em relação aos mercados. É comum a venda de árvores de espécies de madeira de valor comercial, como Castanheira, Maçaranduba, Cedro, entre outras, mesmo a preços baixos (R\$ 20,00 a R\$ 30,00) em troca de abertura e ou recuperação de estradas de acesso aos lotes.

Em alguns casos, o acesso e o transporte dos produtos é fluvial, como no caso da Castanha-do-Pará, no PAE Praia Alta Piranha, e em PAs do Município de Novo Repartimento, como o PA Redenção, onde é feito utilizando-se o Rio Tocantins, espreado a montante da barragem da UHE de Tucuruí, na altura desses PAs. Entretanto, o mercado da castanha-do-pará não tem favorecido a comercialização desse produto na safra atual, ficando assim a mercê do balanço entre a oferta e demanda, mais afetado, por tratar-se de um mercado inelástico.

Entretanto, a localização de PAs como o São Francisco, situado às margens da Rodovia PA-150 (pavimentada e em bom estado de conservação), tem favorecido à comercialização de produtos como a banana, à porta do estabelecimento e com melhores preços. O mesmo ocorre em relação ao leite que é recolhido para atender a uma indústria de laticínios de Eldorado dos Carajás.

Conhecendo a tipologia da Agricultura familiar nos PAs

Com base nas informações levantadas nos diagnósticos realizados¹³ para elaboração dos PDSA do sudeste paraense, podem ser encontrados pelo menos quatro diferentes tipologias quanto aos tipos de sistemas agrícolas praticados, tamanho do estabelecimento, infra-estrutura, acesso ao crédito e renda familiar: Agricultor em Transição I e II e Agricultor Periférico I e II, conforme definição apresentada pela ONG Extensão Amazônia (Figura 1).

¹² Com destaque para a atuação de ONGs e a capacidade de articulação e envolvimento com instituições e a facilitação de acesso aos fundos existentes.

Agricultor em Transição, do Extrato I:

- Utiliza basicamente os sistemas de pecuária e de agricultura de roça, tendo:
 - Renda básica oriunda da pecuária bovina (comercializando leite e bezerros);
 - Acesso ao crédito (FNO especial, Pronaf e Pró- rural);
 - Acesso ao Crédito fomento, alimentação e habitação;
 - Área do estabelecimento entre 100 hectares e 200 hectares;
 - Área de roça de até 5 hectares;
 - Rebanho bovino de até 100 cabeças;
 - Utiliza mão-de-obra temporária;
 - Padrão habitacional regular a bom e boa infra-estrutura no estabelecimento e;
 - Sensibilidade a inovação tecnológica.

Agricultor em Transição, do Extrato II:

- Utiliza basicamente os sistemas de pecuária e de agricultura de roça, tendo:
 - Renda básica oriunda da venda de arroz (excedente de consumo) e, em escala reduzida, da pecuária (leite e bezerros);
 - Acesso ao crédito (FNO especial, Pronaf e/ou Pró- rural);
 - Acesso ao crédito fomento, alimentação e habitação;
 - Área do estabelecimento de até 100 hectares;
 - Reduzido uso de mão-de-obra temporária;
 - Áreas de roças de até 10 hectares; e
 - Padrão habitacional regular a bom.

Agricultor Periférico do Extrato I:

- Utiliza basicamente os sistemas de agricultura de roça e de pecuária, tendo:
 - Renda básica oriunda da venda do arroz (excedente de consumo) e da reduzida venda de bezerros e pequenos animais como aves e suínos;
 - Não tem acesso ao crédito (FNO especial e Pronaf ou Pró-rural);
 - Acesso ao crédito fomento, alimentação e habitação;
 - Área do estabelecimento de até 50 hectares;
 - Destinação de até 50% da área do lote para formar pasto;
 - Roça de até 7ha;
 - Predomínio de mão-de-obra familiar ou troca de mão-de-obra com vizinhos;

Agricultor Periférico do Extrato II:

- Utiliza basicamente os sistemas de agricultura de roça e criações, tendo:
 - Renda básica oriunda da comercialização de venda de pequenos animais (aves), em pequena escala o arroz, além do extrativismo;
 - Não tem acesso ao crédito (FNO especial e Pronaf ou Pró-rural);
 - Acesso ao crédito fomento e alimentação;
 - Área do estabelecimento de inferior a 50 hectares;
 - Destinação de até 8 hectares do estabelecimento para formar pasto;
 - Roça de até 3 hectares;
 - Utiliza a venda de mão-de-obra familiar;
 - Elevado índice de analfabetismo, habitação precária e sem infra-estrutura mínima necessária.

Figura 1- Tipologias de produtores rurais encontradas em PAs do Sudeste do Pará.

¹³ Os PDSA considerados foram elaborados pela Cooperativa de trabalho dos Eng. Agrôn. do Pará- Uniagro, Associação Instituto do desenvolvimento Sustentável da Amazônia- Extensão Amazônia e Cooperativa dos

Entre as atividades principais e comuns a todos os PAs da região, encontram-se: sistemas de agricultura temporária ou de roça, em que são incluídas o arroz, o milho, o feijão, a mandioca e a banana; sistemas de agricultura perene (pouco disseminado), estando mais restrito a pequenas áreas no entorno da casa, conhecidos como subsistemas de sítios; sistemas de pecuária, com predomínio de bovinos; sistemas de criação de pequenos e médios animais, com predomínio de aves (galinhas caipiras) e de suínos, além do extrativismo, com ênfase em produtos como a castanha-do-pará, cupuaçu, açaí e a bacaba. Neste último segmento, podem ganhar algum destaque, como complemento da renda familiar, a madeira, os óleos, o mel, além de produtos da pesca e da caça.

Em alguns casos, em que o PA dispõe ainda de mais de 60% da área com floresta, só explorada com a retirada das árvores de espécies comerciais, como no caso dos PAs Redenção e PAE Praialta Piranha, a atividade extrativa assume uma importância maior do que os sistemas agrícolas, embora exista a pressão de avanço dessas atividades em direção a essas áreas de reserva.

Embora oriundas basicamente da atividade extrativa, espécies como o cupuaçu têm sido utilizadas em sistemas agrícolas, tanto em áreas de capoeira como em áreas de roça. A produção desta frutífera em sistema de agricultura já chega mesmo a ultrapassar a produção extrativa em alguns PAs, como o Araras. São, contudo, detectados com frequência problemas técnicos relacionados ao manejo e ao material de propagação que podem contudo ser facilmente contornados e, dessa maneira poderão contribuir para expansão dessa cultura.

O PA Agroextrativista Praialta Piranha

Ao contrário dos Estados do Acre e Maranhão, que contabilizam mais de 20 dezenas de Projetos Agroextrativistas- PAE, o Estado do Pará, criou apenas um projeto dessa natureza, o PAE Praialta Piranha, no Município de Nova Ipixuna, sudeste paraense, em que pese a polêmica intenção do Estado (Federal), sob pressão internacional, articulada pelo Ministério da Amazônia e Meio Ambiente- MAM, de criação de uma mega reserva de biodiversidade, entre as bacias do Tocantins/Araguaia, que envolverá 1/3 da área territorial deste Estado.

Previsto no Estatuto da Terra e em cumprimento das metas traçadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Projeto de Assentamento Extrativista foi criado por meio de Portaria Nº 627, em 30 de julho de 1987 (Ministério, 1989). Mais recentemente, com a Portaria/Incra/nº268, de 23 de outubro de 1996, o Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária, no exercício da Presidência do Incra, criou, em substituição à modalidade Projeto de Assentamento Extrativista, o Projeto de Assentamento Agroextrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, com potencial para atividades economicamente viáveis e complementares, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, cuja gestão e execução dessas atividades é de responsabilidade das populações que ocupam ou venham a ocupar essas áreas (Ministério, 1996).

O PAE Praialta e Piranheira, criado pela Portaria Nº42, de 21 de agosto de 1997, com uma área de 27.343,80 hectares, está situado no Município de Nova Ipixuna, e nele existem três núcleos: Maçaranduba, Vila Belém e Praia Alta, com 150, 138 e 78 famílias, respectivamente (Cooperativa, 1999).

Nessa modalidade de assentamento, a implementação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento-PDSA passa por processo de avaliação, em que o Incra e o Ibama atuam como instituições oficiais reguladoras. Uma gestão compartilhada inclui ainda a Associação dos Produtores do PAE Praialta e Piranheira (APAEP) e o Cooperativa Correntão como organizações locais, e ainda, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Comissão Pastoral da Terra- CPT e a Cooperativa Executiva dos Projetos de Assentamento do sudeste paraense-CEPASP (ONG) e os assentados, que têm direito à concessão de uso de uma área com limites exatos e estabelecidos.

Pressupõem-se a existência de uma infra-estrutura mínima que assegure saúde, educação, lazer e produção, com estrada para escoamento, armazenamento, agroindústrias (pequenos empreendimentos) tendo como referência o levantamento socioeconômico preliminar que possa proporcionar as condições favoráveis aos assentados, com o desenvolvimento coletivo de suas atividades, em consonância com os objetivos filosóficos do projeto.

No que se refere à concessão de uso, em conformidade com o Decreto-Lei No. 271/67, a mesma deve ser formalizada mediante contrato por instrumento público. Dentre os itens das cláusulas previstas estão: a proibição da utilização da

terra para finalidades diversas da atividade extrativa, permitindo outras atividades apenas em complemento à subsistência do concessionário e sua família (Cruz Neto, 1997) e a proibição de venda da terra, ambos, pontos polêmicos no PAE.

Dentre as atividades presentes nos estabelecimentos do PAE Praia Alta e Piranha, destacam-se o extrativismo, que consiste das atividades de caça, pesca, coleta de frutos, essências florestais e cipós, a produção de lenha e carvão¹⁴, as roças de lavoura branca, com destaque para arroz e mandioca; e ainda a pecuária bovina, esta última, ainda que contrariando os objetivos do PAE, vem sendo praticada nos estabelecimentos mais antigos. Sob variações locais, ocorrem produtos extrativos, como o açaí, o babaçu e óleos de andiroba e copaíba.

Possibilidades e Limitações da Agricultura Familiar no Agronegócio.

Não bastasse as dificuldades de produção já enfrentadas pelos produtores rurais, no que diz respeito ao manejo dos sistemas agrícolas, em que convivem com as limitações naturais impostas pelo sistema e ambiente (solo, água, planta) que impõem riscos a essas atividades, têm ainda que conviver com as flutuações e peculiaridades do mercado que fazem com que o produto de seu trabalho sofra oscilações de preço em função de muitos fatores, os quais, na maioria, não podem ser controlados, mas convivido.

Em uma economia globalizada, via de regra, quando há oferta demasiada de um produto, o preço cai, o que ocorre nas super-safras. No Brasil, um bom exemplo desse comportamento pode ser verificado em função do comportamento das safras regionais. Na safra atual (2001/2002), em função das chuvas que caíram em quase todo País, a exceção de parte da Região Sul, a expectativa é de safra recorde. Contudo, a produção de grãos esperada para o Nordeste, certamente afetará os preços de iguais produtos produzidos no sudeste paraense. Assim, o agricultor comum não pode influenciar essas flutuações de mercado portanto, o que pode ser feito é procurar sempre melhores negócios para sua produção, o que não é nada fácil nem sua tradição.

Em se tratando da Agricultura Familiar de uma região tão carente de princípios básicos a serem contornados para organização da produção, mais do que nunca, é preciso entender a comercialização como a transferência do produto

¹⁴ Mais informações sobre essa atividade podem ser encontradas em Silva et al (2001).

pelos vários caminhos que fazem parte do mercado agrícola, o que muda por completo a visão de que a comercialização é somente vender um produto, mas também, um processo de compra, como na definição de Vidal & Jobim (2001).

O mercado agrícola por suas peculiaridades, além de apresentar fatores naturais, climáticos (geadas, secas prolongadas, excesso de chuvas, pragas, etc.) que influenciam na oferta dos produtos e, pelo lado da demanda, podem ainda ser influenciados pelas mudanças dos rumos da política econômica, como: alterações nas alíquotas de importação, taxas de câmbio, política monetária, entre outras.

Em uma economia aberta, globalizada¹⁵, os preços de produtos considerados *commodities* como a soja, o trigo, a laranja e o café, tradicionalmente comercializados em bolsas de mercadorias e de futuros, importantes na pauta de exportação do Brasil, são determinados pelos seus respectivos preços internacionais, taxas de câmbio nominal e tarifas. Entretanto, o preço de outros produtos domésticos é determinado pelas condições de demanda e oferta domésticas que são influenciados, e devem, ser regulados pelo governo.

A mercê do comportamento de ambas situações, como poderiam ser contornados problemas relativos ao mercado de produtos agrícolas afeto a agricultura familiar no sudeste paraense? Problemas endógenos e estruturais relacionados aos Pas, como a falta de uma infra-estrutura adequada em estradas vicinais, unidades de armazenamento e beneficiamento (usinas e agroindústrias), elétricação rural e o distanciamento em relação aos diferentes mercados, ainda que presentes, em maior ou menor intensidade, se contornados, dariam, em parte, as condições iniciais para o avanço da organização da produção.

Outro problema, não menos importante que o levantado anteriormente, diz respeito à organização social, teoricamente, de mais fácil solução, que passa pela mobilização e organização dos produtores, não só com a simples criação de Associações e Cooperativas, mas pelo engajamento desses produtores em questões de melhorias das condições e qualidade de vida das comunidades. Neste aspecto, podem ser contornados inclusive alguns fatores relacionados a infra-estrutura coletiva, mencionados anteriormente, haja vista que podem ser viabilizados através de financiamentos e parcerias com outras instituições.

¹⁵ Embora antiga, abriga um universo maior, onde se incluem até mesmo economias antes fechadas, como a da China e Rússia.

Com base nos Indicadores de Coesão e Organização Social usados pela Fetagri, que são aferidos quanto à Democracia interna na associação, Participação e cooperação na associação e a Coesão e vida social do PAs, e cuja avaliação, leva em consideração coeficientes e a pontuação obtida por cada um dos indicadores, foi obtida média considerada Regular (4,77), mas com grande variabilidade, o que indica que o nível de Coesão e Organização Social para alguns PAs (Nível Bom) podem ser tomados como exemplo e outros (Nível Ruim) podem ser melhor trabalhados.

A participação das Associações e Cooperativas de produtores pode representar a personalidade jurídica que permitirá aos produtores vir a participar de todos os instrumentos e mecanismos de acesso aos recursos financeiros e creditícios disponibilizados pelo Estado¹⁶ e Instituições Nacionais e internacionais.

No sudeste paraense, uma reestruturação organizacional e normativa das Cooperativas existentes¹⁷ pretende, com a criação de Cooperativas para cada um dos município da região, torná-las mais eficientes e pró-ativas. Dentro desse novo modelo, foram criadas e reestruturadas as seguintes: Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins- COOCAT, localizada em Marabá, criada em 1992; a COOPER (1997), com sede em Parauapebas; o CORRENTÃO (1998); a COOMASDA (2001), com sede em São Domingos do Araguaia e a COOMAFEL (2001), com sede em Eldorado dos Carajás, onde a primeira (COOCAT) funcionará como uma Federação. Está previsto para este ano a criação de outra no Município de Itupiranga, cujo nome ainda não foi definido.

Historicamente, a COOCAT surgiu quando da necessidade de uma experiência de comercialização de arroz desenvolvida pela Fundação Agrária do Araguaia Tocantins- FATA, em parceria com o sindicato dos trabalhadores rurais e chegou a congregar 1.500 associados dos Municípios de São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna e Jacundá, conforme síntese apresentada por Milton Schneider (c.v.). Atualmente, o número de associados está reduzido a menos de 300, incluindo as cooperativas já criadas.

¹⁶ A criação das Agências de Comercialização- ARCO's e regionalmente, a ARCASU (Sul e Sudeste do Pará) embora represente um instrumento de comercialização no Agronegócio-e, atualmente disponível, ainda não tem mostrado resultados efetivos.

¹⁷ O trabalho de articulação vem sendo liderado pelos consultores Milton Zimmer Schneider (COOPER) e Alberto Alves Filho (ARCASU).

A capacidade instalada para processamento e armazenamento da produção nas unidades de agroindústria da COOCAT e CORRENTÃO (em torno de 40 mil kg) pode ser melhor utilizada, desde que implementadas algumas ações no sentido de estabelecerem uma classificação e padronização de seus produtos e paralelamente, uma capacitação profissional de seus técnicos e administradores.

A adequação de seus produtos às exigências do mercado devem ser perseguidas, sob pena de continuarem fora do mesmo, limitando-se às vendas no varejo ou a prazo, no mercado local. Outro problema de ordem operacional, também relacionado à infra-estrutura física, diz respeito à regularidade de fornecimento e escala de produção, necessitando talvez uma reavaliação da planta dessas unidades e o seu equipamento, de modo a atender a essas necessidades.

O acesso ao mercado de produtos orgânicos e a “commodities ambientais”

Como foi visto anteriormente, existem atualmente dois grandes grupos de mercados agropecuário, um em grande escala, de base empresarial, voltado basicamente à exportação de produtos, *in natura*, ou desdobrados; e outro que pode trabalhar em diferentes escalas, mais voltado a demandas internas, no qual a agricultura familiar amazônica está mais inserida.

Em função da riqueza em produtos da biodiversidade, oriundos em grande parte de suas florestas, a Amazônia reúne grandes possibilidades de capitalização desse produtos. Nesse contexto, ganha destaque a possibilidade de serem trabalhados produtos como, castanha-do-pará, guaraná, cupuaçu, açaí, pupunha, bacaba, andiroba, copaiba, e tantos outros, existentes em quantidades e concentrações variadas na mesoregião do sudeste paraense.

Entretanto, uma série de procedimentos necessitam ser seguidos até que possam ser incluídos no *rool* dos produtos certificados como *Orgânico* no Brasil, atualmente em número de 15. Com base em números apresentados pelo IICA/MDA, em abril de 2001, eram contabilizados 22 projetos, envolvendo 2.394 produtores e uma área de 10.345 hectares, dos quais 91,0% e 16,5% correspondiam a participação da agricultura familiar, respectivamente, em número de produtores e área utilizada. Desse total, a participação da região Norte ainda era muito reduzida e somente produtos regionais como o guaraná e o óleo-de-babaçu faziam parte.

A certificação orgânica exigida representa a concessão do selo de qualidade que comprova a procedência dos produtos com sua origem, método de produção e processamento. Como princípios básicos requeridos estão: a comprovação de que o manejo na área de produção e processamento está em conformidade com as diretrizes da certificadora¹⁸, atendendo as exigências normativas; e a comprovação da origem orgânica do produto. No Brasil, para obtenção da certificação, deve-se ter ao selo de qualidade, fornecido pelo Instituto Biodinâmico-IBD, para produtos orgânicos e a Demeter Biodinâmico, para biodinâmicos. Ao credenciamento internacional, devem atender ao *International Federation of Organic Agriculture Movements-IFOAM* e o *Deustches Accreditiernigssystem- DAP*.

No sudeste paraense, produtos como açaí (fino, médio e especial), taperebá, cupuaçu, acerola, maracujá, graviola, goiaba, e banana (doces, geleia e farinha) ainda que com registro CIV do Ministério da Agricultura, ainda não foram certificados como Produto Orgânico.

O mercado de polpas vem sendo trabalhado, mas carece de classificações e padronizações que venham a atender demandas de mercado. Limitações de ordem tecnológicas dificultam o atingimento dos padrões de produtos como o açaí, que sofre modificações de qualidade quando submetidos a processos de pasteurização. A crescente demanda por MIX de açaí pode constituir-se em outra alternativa de mercado, tendo em vista a comercialização garantida desse produto no País e no exterior.

Outra alternativa que pode ser trabalhada é a possibilidade de alguns desses produtos virem a ser inseridos no mercado de “commodities ambientais”, centradas na matriz da biodiversidade. Uma possível troca, envolvendo recursos financeiros, de fundo perdido ou crédito subsidiado, pela garantia de redução da taxa de desmatamento nos PAs contribuindo para manutenção da biodiversidade, poderia ser a base para uma negociação envolvendo as “commodities ambientais” centradas nessa matriz. Como clientes potenciais, grandes empresas como a Vale do Rio Doce e a Eletronorte, que fazem uso dos recursos da floresta ou contribuem para sua redução em função de suas atividades (estaria ainda relacionada a outras matrizes como água e energia) que assim poderiam financiar a recuperação de

¹⁸ Devem atender às Normas Internacionais, as diretrizes do IFOAM, da norma 2092/91 do MCE e ISSO 65 (mercado externo) e as Normas nacionais, estas, seguindo a Instrução Normativa No. 007, de 17/05/1999, além das diretrizes da Certificadora.

áreas de pastagens e/ou a implantação de sistemas agroflorestais na região. Assim, como beneficiários desse mercado, estariam, de um lado, essas empresas, e do outro, os produtores rurais da agricultura familiar que seriam os agentes econômicos responsáveis pela implementação dos projetos a serem financiados.

As “commodities ambientais” obedecem a critérios de extração, produtividade, padronização, classificação e investimentos e têm tratamento diferente daqueles produtos chamados de “commodities” (mercadorias padronizadas para compra e venda). As “commodities ambientais” são mercadorias originárias de recursos naturais em condições sustentáveis, são os insumos vitais para garantia da sobrevivência da indústria e da agricultura, e dividem-se em sete matrizes: água, energia, biodiversidade, madeira, minério, reciclagem e controle de emissão de poluentes na água, solo e ar. (CTA-JMA, 2002)

Um “novo” espaço de discussão envolvendo alguns atores ligados à produção agrícola na agricultura familiar da região. A rede CTA

Em um momento de valorização das instituições democráticas e do exercício de uma *praxis* cidadania, é oportuno trazer à discussão o tema das “commodities ambientais” que, embora virtual¹⁹ pode mostrar alguns caminhos a serem trilhados, no sentido de promover o verdadeiro desenvolvimento da região.

“A globalização que vivemos é de natureza excludente e homogeneizadora, tanto que muitos estudiosos só acreditam na viabilidade da produção familiar, particularmente na Amazônia, se voltada para nichos de mercado, desde que lhe sejam facultados o conhecimento, a técnica e os recursos financeiros necessários. Isso requer a participação do Estado na ordenação e execução das políticas públicas, com a participação da sociedade civil organizada, mais que isso, cabe a ele estimular e apoiar experiência de natureza tecnológica, econômica e social, que escapem ao padrão homogeneizador, na atual fase do capitalismo. Nesse contexto a própria produção familiar, que é social, cultural e economicamente diversa da produção patronal” (Incra: Plano de Desenvolvimento Sustentável do PA Cachoeira Preta, 2001, p. 18).

Nesse sentido, em reunião com técnicos de ONG's e OG's atuantes na região, realizada em Marabá, na sede da ONG Extensão Amazônia, no dia

07/03/2002, lançou-se a semente para o estabelecimento de um processo de discussão que poderá ser implementado através da rede CTA-JMA, na medida em que alguns atores possam ser envolvidos como “Operadores de Transformação”.

A rede *Consultant, Trader and Adviser* –CTA, geradores de negócios nos mercados de futuros e de capitais, do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo em conjunto com a ONG CTA, representada pela Economista Amyra El Khalili e o Jornal do Meio Ambiente-JMA, é um “clusters” – Teia de relações dedicadas a fomentar o intercâmbio de idéias de interesse comuns, para a difusão de informações com o objetivo de debater, promover e registrar a história do desenvolvimento sustentável através da promoção e estruturação das commodities ambientais no Brasil. Através da rede CTA-JMA, podem ser intensificados debates em torno de um determinado tema, representado por um “nó”, para onde convergem todos os participantes com interesse no mesmo.

A proposta das “commodities ambientais” pode representar um anseio da sociedade moderna tão ávida por mudanças que venham a melhorar a qualidade de vida e reduzir a miséria no planeta. Como pode ser entendido o texto, a seguir, da economista Amyra El Khalili:

“A proposta é de desenvolvimento voltada para uma nova ordem social e não pode incluir expurgos, destruição, violência cultural ou tecnológica nem imposição de modelos artificiais ou importados, porque só será legítima se desenvolvida dentro dos primados do Estado Democrático de Direito, da prevalência da ordem jurídica, da relação democrática entre as partes e atendendo a manutenção às liberdades civis e garantias individuais e coletivas ... No modelo tradicional existia a crença na inesgotabilidade dos recursos, crença esta que está diminuindo- e já assustando- pois se percebe que o excesso na extração dos recursos produziu uma entropia nas partes e que o esgotamento está se acelerando...”

Portanto, a proposta de discussão da possibilidade de inserção ao mercado de “commodities ambientais” para os produtos originados em áreas de assentamento do sudeste paraense, junto a alguns atores formadores de opinião, e de utilização da rede CTA-JMA, pode representar o *start* que faltava para o avanço da organização da produção agrícola dessa região. Com isso, espera-se poder contribuir não só para o atingimento das metas e objetivos do projeto “Alternativas tecnológicas sustentáveis para assentamentos rurais no sudeste paraense” como

¹⁹ Na opinião de Alberto Alves Filho (ARCASU), mas que pode ser trabalhada e com resultados futuros.

também com subsídios para reestruturação do setor produtivo dessa região, pois assim entendemos estar exercendo nossa cidadania, como formador de opinião e como “Operador de Transformação” nesse processo.

Referências bibliográficas

BARRACLOUGH, S. A reforma Agrária nos Países em Desenvolvimento: o papel do Estado e outros Agentes, UNSRID/NEAD, 1998.

CALDAS, M.M. **Desmatamento na Amazônia:** uma análise econométrica de autocorrelação espacial combinando informações de sensoriamento remoto com dados primários. Piracicaba, ESAL-USP, 126p, 2001 (Tese doutorado).

COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DE NOVA IPIXUNA– CORRENTÃO. **Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranha (PAE), Nova Ipixuna, Estado do Pará.** Nova Ipixuna, 1999. 64p.

CRUZ NETO, R.G. **Agro-extrativismo o condutor da unidade produtiva.** Marabá, CEPASP, 1997. 33p.

CTA-JMA Rede internacional de comunicação CTA- JMA, São Paulo, disponível no site <http://www.jornaldomeioambiente.com.br/paginas/comodities/comodities01.htm>

HUNT, D., **Chayanov's Model of Peasant Household Resource Allocation and its Relevance to Mbere Division**, Eastern Kenya. The Journal of Development Studies. Vol 15(1): 59-86. 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA / Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural para Agricultura Familiar na Amazônia- Extensão Amazônia. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Cachoeira Preta.** Marabá, 101p. 2001.

MARTINS, F.F.S.; SILVA, L.G.T.; SILVA, L.M.S.; VILAR, R.R.L.; SOUZA, D.A.; BRITO, G.M.; VIANNA, E.C.O.; NASCIMENTO, G.L.; PORTELA, C. **Relatório de viagem do subprojeto 3: Alternativas tecnológicas para a sustentabilidade dos sistemas de produção.** Belém, Embrapa Amazônia Oriental/UFPa/CAP/Lasat/FCAP, 2000. 72p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Agricultura familiar,**

reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural Brasília, DF, INCRA, 1999. 45p. (versão preliminar).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto de Assentamento Extrativista**. Brasília, INCRA, 1989. 59p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Conceito e metodologia para implantação dos projetos de assentamento agro- extrativistas**. Brasília, INCRA, 1996. 79p.

OLIVEIRA, M.C.C. de, SILVA, W.R. da e SANTOS, W.A. dos. A região de Marabá hoje: uma leitura atual do processo de migração de agricultores familiares na área rural. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção, Belém, 16 a 19 de Fevereiro, 2001, SBSP 12p. 2001. CD-ROM

OZÓRIO de ALMEIDA, A.L. e SANTOS, C.F.V., **A Colonização Particular na Amazônia nos Anos 80. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Texto para Discussão 208. 1990. 88p.

REYNAL, V. **Agricultures en front pionnier amazonien**; région de Marabá (Pará, Brésil). Paris, Institut National Agronomique Paris-Grignon, 1999. 404p. (Tese Doutorado).

SILVA, L.G.T., MARTINS, P.F.S., SILVA, L.M., VILAR, R.R. e HOMMA, A.K.O. **Implicações e perspectivas dos assentamentos rurais do sudeste paraense baseada nos sistemas de produção**. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém, 16 a 19 de Fevereiro, 2001. SBSP 12p.CD-ROM

SOUZA, I.S.F. de **Classificação e padronização de produtos, com ênfase na agropecuária: uma análise histórico- conceitual**. Brasília, Embrapa Informação tecnológica, 2001. 120p. (texto para discussão)

TEÓFILO, F.E. **Brasil: novos paradigmas para a reforma agrária**. Santiago do Chile. In: Seminário regional, realizado em 30 de novembro a 1 de dezembro de 2000. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe- CEPAL.. Brasília. 35p. 2000 (mimeografado)

VIDAL, L.A. & JOBIM, R.B. **Comercialização & Marketing no Agronegócio**. Julio de Castilhos- RS, VIDAL & HARTMANN, 98p. 2002.

WATTERS, R.F., **Shifting Cultivation in Latin America**. Food and Agriculture Organization of United Nations. Forestry Development Paper 17. Rome. 1977. 303p.